

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANK CEGILDO DA SILVA JÚNIOR

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS

DOURADOS/MS

2021

FRANK CEGILDO DA SILVA JÚNIOR

**ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Leandro Vinícios Carvalho

Dourados/MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

J99a Júnior, Frank Cegildo Da Silva
ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS [recurso eletrônico] / Frank Cegildo Da Silva Júnior. --
2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Dra. Roselaine Bonfim de Almeida.
TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Programa Bolsa Família. 2. Transferência de Renda. 3. Desigualdade de Renda. 4. Dourados.
I. Almeida, Dra. Roselaine Bonfim De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ECONOMIA - FACE/UGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2020.1, RAEMF

**Análise das características das famílias beneficiárias do
Programa Bolsa Família em Dourados/MS.**

Frank Cegildo da Silva Júnior

Esta monografia, realizada via webconferência (Google Meet), foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof^ª. Dr^ª. Roselaine Bonfim de Almeida
(Presidente)

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva
(Avaliador 1)

Prof. Dr. Leandro Vinícios Carvalho
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 27 de maio de 2021.

REGISTRO:
AB - 20/2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao universo pela oportunidade de aprender algo novo. Agradeço minha família, especialmente minha mãe e meu pai pelo apoio, sem vocês eu não iria conseguir concluir o curso. Obrigado por cada coisa que fizeram nesse período.

Gostaria de agradecer a todos os professores que tive a oportunidade de aprender e trocar experiências, tanto da FACE como das outras faculdades. Agradeço ao Vice-Diretor Prof. Dr. Enrique Duarte Romero por sempre inspirar e levantar a moral quando as coisas ficaram difíceis e, também, a minha orientadora, Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida, pela orientação nesse trabalho e por sempre me animar nesse período. A academia precisa de profissionais como vocês.

Agradeço aos amigos e colegas que fiz nessa jornada, especialmente do curso, Gabriela Fernandes, Wesley Galvão, Willian José, Gabriela Victalina, João Marcos, Hivana Rodrigues, Maurissandro Duarte e Evandro Junior. Foi bacana compartilhar a diretoria da A. A. A. Diego Espíndola Economia – UFGD, com a maioria de vocês. Fizemos o que pudemos para fazer dar certo. Torcendo pelos novos diretores.

Da mesma maneira, agradeço aos meus amigos e parentes que sempre me motivaram a continuar. Seus conselhos e ajuda foram importantes.

RESUMO

Como o Brasil é um país com grandes desigualdades, os programas de transferência de renda têm papel importante na redução da pobreza. Um dos principais programas de transferência de renda é o Bolsa Família, que tem como objetivo garantir aos indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza acesso à alimentação, à educação e à saúde. Devido a sua abrangência o Bolsa Família se encontra em praticamente todos os municípios do país, inclusive no município de Dourados (MS). Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar as características das famílias e indivíduos beneficiários do programa Bolsa Família no município de Dourados. Para isso, serão utilizados os microdados da base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família para o ano de 2012, 2015 e 2018. Os resultados encontrados para Dourados (MS) refletem as pesquisas para o programa em nível nacional. Um importante aspecto desse estudo é comparar as características dos indivíduos indígenas e não indígenas, no qual, mostrou que a situação dos indígenas ainda é de maior vulnerabilidade que a dos demais beneficiários do programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Transferência de Renda; Desigualdade de Renda; Dourados.

ABSTRACT

As Brazil is a country with great inequalities, income transfer programs play an important role in poverty reduction. One of the main income transfer programs is Bolsa Família, which aims to guarantee individuals in situations of poverty and extreme poverty access to food, education and health. Due to its scope, Bolsa Família is found in practically all municipalities in the country, including the municipality of Dourados (MS). Thus, this work aims to analyze the characteristics of families and individuals benefiting from the Bolsa Família program in the city of Dourados. For this, microdata from the unidentified database of the Cadastro Único with Bolsa Família marking for the year 2012, 2015 and 2018 will be used. The results found for Dourados (MS) reflect research for the program at the national level. An important aspect of this study is to compare the characteristics of indigenous and non-indigenous individuals, which showed that the situation of indigenous people is even more vulnerable than that of other beneficiaries of the program.

Keywords: Bolsa Família Program; Income Transfer; Rent inequality; Dourados.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização do município de Dourados no contexto Nacional/Estadual.....	20
Gráfico 1 – Variável quantidade de pessoas.....	24
Gráfico 2 – Variável quantidade de cômodos no domicílio.....	24
Gráfico 3 – Variável quantidade de pessoas nas famílias indígenas.....	28
Gráfico 4 – Variável quantidade de pessoas nas famílias não indígenas.....	28
Gráfico 5 – Variável quantidade de cômodos nos domicílios das famílias indígenas.....	29
Gráfico 6 – Variável quantidade de cômodos nos domicílios das famílias não indígenas.....	29
Gráfico 7 – Curso que a pessoa frequenta.....	33
Gráfico 8 – Curso mais elevado que a pessoa frequentou.....	35
Gráfico 9 – Função principal no trabalho por sexo.....	37
Gráfico 10 - Curso mais elevado entre indígenas e não indígenas.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.....	22
Tabela 2 – Características das famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.....	25
Tabela 3 – Características dos indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.....	30
Tabela 4 – Características da educação dos beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018.....	33
Tabela 5 – Função principal no trabalho dos beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018.....	36
Tabela 6 – Valor da remuneração e informações sobre o trabalho dos beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018.....	38
Tabela 7 – Comparação das características dos indivíduos indígenas e não indígenas.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MC - Ministério da Cidadania

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PSF - Programa Saúde da Família

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SIBEC - Sistema de Benefícios ao Cidadão

SICON - Sistema de Condicionalidades

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	20
3.2 ÁREA DE ESTUDO	20
3.3 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	21
4 RESULTADOS	21
4.1 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS	21
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS	30
4.3 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS INDÍGENAS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOURADOS/MS.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Um problema enfrentado no Brasil é a pobreza. A pobreza é um tema complexo, uma vez que existem estruturas sociais, processos históricos e outras particularidades que precisam ser incorporados à análise. Sen (2010), por exemplo, definia a pobreza como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.

No contexto brasileiro, a pobreza pode ser demonstrada pelos números dos últimos anos. Em 2017, a população considerada pobre aumentou 0,8 p.p. em relação ao ano anterior. Isso representa 54,8 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 406,00 por mês. Para a análise levou-se em conta os critérios do Banco Mundial, que considera pobres aqueles com rendimentos abaixo de R\$ 406,00 mensais medidos pela paridade do poder de compra (IGBE, 2019).

No Brasil, as políticas públicas desempenham um papel essencial no alívio da pobreza. Nesse aspecto, dois programas se destacam, sendo eles o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Assim, por intermédio do governo federal, há transferência de renda às pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade financeira.

As políticas públicas podem ser conceituadas (ou definidas) de diversas formas. Souza (2002), por exemplo, considera que, o papel da política pública é a solução de problemas por meio da ação do governo. Sendo assim, a política pública é formulada ou desenhada para atuar sobre a fonte ou a causa de um determinado problema ou conjunto de problemas, sendo sua solução ou minimização considerada o objetivo geral da ação pública (IPEA, 2018).

Assim, para reverter esse quadro de pobreza, o governo brasileiro criou em 2003 o Programa Bolsa Família, através de uma medida provisória, que posteriormente se tornou a Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, na qual tem por objeto o alívio imediato da pobreza e extrema pobreza, na qual a família beneficiária precisa cumprir alguns compromissos para continuação do recebimento do benefício (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Em 2018, o Programa Bolsa Família alcançou 13,7 milhões de famílias brasileiras, sendo, no Centro-Oeste, 653.506 famílias, das quais, 123.568 famílias são do Mato Grosso do Sul, com benefício médio de R\$ 168,76. Esse valor é 17,7% do salário mínimo de 2018. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2018). Em Dourados, Mato Grosso do Sul, estima-se em 8.185 o número de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família (PERFIL SÓCIOECONÔMICO DE DOURADOS-MS, 2018).

A importância de se levantar um perfil dos recebedores do Programa Bolsa Família é identificar a população vulnerável, observar se os municípios têm condições de fornecer as famílias os acompanhamentos com saúde e educação, para que assim, o governo consiga melhorar a infraestrutura dos municípios que atendem as famílias beneficiárias. Neste contexto, surgem alguns questionamentos quanto às características das famílias assistidas pelo programa. Ainda, se o Bolsa Família tem alcançado os objetivos definidos e se os beneficiários cumprem às condicionalidades do programa.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Definir a pobreza de forma única e universal é um equívoco. A pobreza está presente no mundo em diversos contextos e cada um com suas particularidades. Por isso, entender seu contexto histórico e suas formas de enfrentamento é imprescindível para adotar políticas públicas eficientes.

Segundo o Banco Mundial (2018), em 2015 houve, em todo o mundo, uma redução da pobreza para 10%, na qual cerca de 736 milhões de pessoas no mundo viviam em alguma situação de pobreza. Mas, ao longo de um quarto de século, mais de 1.100 milhões de pessoas melhoraram seus padrões de vida, libertando-se da pobreza extrema.

Há entraves para a redução da pobreza em todo mundo. Os fatores relevantes são os conflitos globais e as mudanças climáticas. Esses, já davam indícios que a redução da pobreza global já caminhava em ritmo lento. Entre 1990 e 2015, a pobreza global caiu cerca de um ponto percentual por ano, mas esse ritmo diminuiu para menos de meio ponto percentual por ano entre 2015 e 2017. Atualmente, a recessão econômica, causada pelo Covid-19, é outro fator importante no combate à redução da pobreza mundial. E, nesse contexto, se não houvesse pandemia, a taxa de pobreza, supostamente teria reduzido para 7,9% em 2020. No entanto, com a pandemia, esse percentual ficará entre 9,1% e 9,4% da população global, semelhante ao registrado em 2017 (ONU, 2020). Diante desse cenário, é imprescindível fortalecer as políticas de distribuição de renda e combate à pobreza.

Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018, no Brasil, 72,7% da população pobre era composta por pessoas de cor preta ou parda, sendo 38,1 milhões de pessoas. Verificando com mais detalhes esses números, as mulheres pretas ou pardas compõem 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza no país. A região Nordeste tem cerca de 47% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Na região Centro-Oeste, em 2018, o Mato Grosso do Sul tinha 18,9% da sua população vivendo em situação de pobreza, seguido por Mato Grosso e Goiás, ambos com 17,3%. O

Distrito Federal possuía 13,5% da população vulnerável economicamente. Comparado com as outras regiões do Brasil, o Centro-Oeste apresenta índices menores que as outras regiões. A atividade econômica de maior relevância dessa região é o agronegócio (SILVA e ROLIM, 2020).

Nesse sentido, a importância desse estudo é observar se o Programa Bolsa Família tem alcançado as famílias em situação de maior vulnerabilidade e, dessa forma, observar se o perfil de quem está recebendo o benefício está de acordo com as normas estabelecidas pelo programa.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar as características das famílias que recebem o auxílio financeiro do Programa Bolsa Família, que residem na cidade de Dourados/MS, e a partir disso, descrever o perfil dessas famílias.

Especificamente pretende-se:

- Analisar as características das famílias como renda média (*per capita*) da família, local onde o domicílio está situado, espécie do domicílio, se tem água encanada e se há banheiro na residência.
- Analisar as características dos indivíduos como idade, cor/raça, sexo, escolaridade, vínculo empregatício, renda, entre outros.
- Verificar se existem diferenças entre os beneficiários indígenas e os beneficiários que não são indígenas.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira seção apresenta a introdução sobre o tema e a relevância do Programa Bolsa Família para o Brasil e, mais especificamente, para o município de Dourados. Na segunda seção é apresentada a revisão bibliográfica. A terceira seção é destinada à metodologia do trabalho. Na sequência apresentam-se os resultados do estudo e, por último, as conclusões do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em 1995, os primeiros instrumentos de transferência de renda foram implementados no Brasil, a nível local. Em algumas cidades foram implementados programas de transferência de renda, nos quais, entre 2001 e 2003, através do governo federal, foram criados quatro programas federais (Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), cada um vinculado a um ministério diferente. No entanto, em 2003, o Programa Bolsa Família incorporou todos esses programas (IPEA, 2018).

“O Programa Bolsa Família (PBF) é uma transferência condicionada de renda: são realizadas transferências em dinheiro (não em espécie) para famílias (não para indivíduos), de forma focalizada (buscam alcançar os mais pobres) e condicionada (as famílias devem cumprir compromissos, em geral em saúde e educação, para receberem seus benefícios)” (IPEA, 2018, p. 7).

O valor que cada família recebe depende de alguns requisitos. Sendo o Benefício Variável, mais comum, seu valor é de R\$ 41,00, que cada família pode acumular até cinco benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00. Para famílias com crianças de 0 a 15 anos, o valor do benefício é R\$ 41,00. Se houver gestante, identificando a gravidez até o nono mês, pode-se receber até nove parcelas consecutivas no valor de R\$ 41,00. Famílias com crianças com idade de 0 a 6 meses, desde que inscritas no Cadastro Único, recebem até seis parcelas consecutivas de R\$ 41,00. Para adolescentes entre 16 e 17 anos, o valor do benefício é de R\$ 48,00 e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 96,00. Famílias em extrema pobreza podem receber um benefício mensal. Esse é definido a partir de um cálculo baseado na renda *per capita* da família e do benefício que é recebido do Programa Bolsa Família. Por fim, ainda cabe destacar um outro benefício, o Abono Natalino, que é um pagamento adicional, pago no mês de dezembro, a todos os beneficiários, sendo o mesmo valor pago na parcela de dezembro que a família tem direito (CAIXA, 2020).

O critério para receber o benefício adota os parâmetros de pobreza e extrema pobreza, ao qual define-se em situação de extrema pobreza as famílias com renda de R\$ 89,00 *per capita* mensal e pobreza as famílias com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 *per capita* mensal, no qual tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos de idade (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Para ter direito a esses valores os beneficiários devem seguir algumas regras, normalmente chamadas de condicionalidades. O devido acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família envolve um complexo mecanismo de articulação

entre os entes federativos (União, estados e municípios) e diferentes setores (saúde, educação e assistência social).

Essa articulação se dá por intermédio do Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), em que o Sistema de Condicionalidades (Sicon) promove os perfis dos beneficiários para o acompanhamento. Com isso, o Ministério da Cidadania (MC) envia para o Ministério de Educação (MEC) e para o Ministério da Saúde (MS) o cadastro das famílias para o acompanhamento nas áreas de atuação. Sendo assim, a gestão do PBF consegue disponibilizar as informações para os municípios. Com isso, cada município consegue obter tanto as informações das respectivas famílias quanto do cumprimento das condicionalidades na educação e na saúde (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

A Lei nº 10.836/2004 regulamenta as condicionalidades nas áreas da saúde e educação, dentre as quais destacam-se: crianças entre 6 e 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% e, para adolescentes de 16 e 17 anos, 75%; as famílias devem cumprir os calendários de vacinação para crianças de 0 a 7 anos e fazer acompanhamento do crescimento e desenvolvimento dessas crianças. Por fim, as gestantes devem cumprir o pré e pós-natal e consultas periódicas nos meses iniciais da criança (COTTA e PAIVA, 2010).

Os programas de transferência de renda condicionados induzem comportamentos nas famílias beneficiárias, a fim de cumprirem ações que levam ao aumento na qualidade de vida. Essas condicionalidades são metas de longo prazo, com objetivo de combater a pobreza e aumentar o capital humano dessa população. Porém, a eficiência dessas condicionalidades está na oferta dos serviços, visto que, não são todos os municípios do país que tem pleno acesso à educação e saúde. Com isso, a situação fica mais complexa para os habitantes da zona rural. Nesse contexto, o acompanhamento do(a)s assistentes sociais torna-se imprescindível para que os beneficiários não percam seu benefício (SOARES e SÁTYRO, 2010).

O PBF usa como critério valores monetários para eleger os beneficiários as faixas de pobreza e extrema pobreza. Com isso, os mecanismos de focalização ficam voltados às pessoas com essa determinada faixa de renda. Diferentemente dos programas similares adotados nos países em desenvolvimento, o PBF não adota *proxy means tests*¹, ao qual, leva em conta características observáveis para estimar a renda, mas usa outros critérios como a focalização geográfica ou comunitária (CURRALERO *et al.*, 2018).

¹ De acordo com Sousa *et al.* (2019, pg. 9) “proxy means tests, ou testes indiretos de meios, levam em conta características observáveis do domicílio e dos seus moradores para estimar sua renda ou consumo, na falta de registros precisos. Essa estimativa é então utilizada para definir a elegibilidade ou mesmo o nível dos benefícios”.

Os mecanismos adotados pelo PBF são uma combinação de quatro filtros. Primeiro, através de cadastro declaram sua renda. Em seguida, por meio do governo federal há uma verificação dessas rendas autodeclaradas. Após isso, são verificadas as estimativas de famílias pobres em cada município, para subordinação das cotas restritas a essa localidade, as quais são gerenciadas pelo município. Por último, através do Portal da Transparência e nos locais de assistência social dos municípios é divulgado os nomes dos beneficiários (IPEA, 2018).

Sendo um programa de transferência de renda condicionada, através da focalização é possível acompanhar e avaliar o perfil das famílias para receberem o benefício. Como o foco é atingir as famílias em vulnerabilidade econômica e social, é possível identificar se a cobertura do programa está chegando ao seu destino e se as famílias estão cumprindo seus deveres para continuar recebendo o benefício (SILVA et al., 2019).

As despesas com o PBF, em 2016, respondem por 0,44% do produto interno bruto (PIB). Comparado com outros países latino-americanos, essa porcentagem é, em média, 0,33% superior (CECCHINI E ATUESTA, 2017). Os beneficiários recebem as transferências de renda do governo aliviando imediatamente a escassez de recursos monetários. Para continuar recebendo, devem cumprir compromissos em saúde e educação.

O impacto das transferências de renda são que as famílias aumentam sua renda, o que gera um aumento de consumo. Isso aumenta os preços de produtos e serviços, o que impacta o crescimento da produção e da demanda por trabalho, que por sua vez pode estimular, através do aquecimento do mercado de trabalho, a um aumento adicional da renda das famílias. Portanto, os efeitos dessas transferências nos municípios beneficiários, são os que tiveram maior crescimento do PIB *per capita* e da renda *per capita*. Consequentemente, tem-se maior redução da pobreza e desigualdade de renda (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018).

Segundo o IPEA (2020), através de uma pesquisa realizada com as informações obtidas da PNAD Contínua, no Nordeste, 46,9% dos beneficiários estavam entre os 10% de menor renda domiciliar *per capita* no Brasil. O Nordeste é a região com maior número de beneficiários, seguida pela Região Sudeste, onde 27% dos beneficiários estavam entre os 10% de menor renda domiciliar *per capita* do Brasil. Nas outras regiões os resultados são inferiores.

O PBF em 2013 alcançava cerca de 49,6 milhões de pessoas, ou seja, 26% da população. Predominantemente, os beneficiários são mulheres da cor preta ou parda, (48,8% dos beneficiários é uma população jovem de até 17 anos). Cerca de 69% dos beneficiários têm o nível de escolaridade muito baixo, não chegaram a concluir o ensino fundamental, tendo o Nordeste com 20,3% de pessoas com 25 anos ou mais são analfabetos (CAMARGO *et. al.*, 2014).

As condicionalidades previstas por lei na saúde são que as famílias devem cumprir o “(...) calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos de idade, realização de pré-natal e puerpério para gestantes e participação em atividades educativas sobre aleitamento e alimentação saudável.” (SENNA; BRANDÃO; DALT, 2016, p. 150). Na educação o objetivo é a permanência e a progressão escolar, para isso se acompanha a frequência escolar das crianças e adolescentes da família beneficiária (COTTA e PAIVA, 2010).

Lima e Vasconcelos (2019) argumentam que o impacto do PBF na educação está melhorando em todo Brasil. Há uma disparidade em alguns estados, no qual, alguns progredem de forma mais lenta e serão necessários vários anos para se ter uma situação menos desigual entre eles. As melhoras no nível educacional tendem a ser mais significativas onde os índices educacionais são mais baixos.

Os impactos do PBF na educação, segundo Santos *et. al* (2017), diz que o PBF se mostra eficaz na frequência escolar e nas taxas de abandono. Os principais motivos para o aluno deixar de frequentar a escola é a necessidade de trabalhar ou os casos de gravidez precoce. Devido as condicionalidades para receber o benefício, quando o aluno precisa trabalhar, acaba perdendo o benefício. Através do acompanhamento, é observado a irregularidade na frequência escolar ou mesmo desistência. Nessa situação, fica relevante outra questão, a diferença entre gêneros. A maior disparidade entre eles é sobre meninos, que começam a trabalhar precocemente, o que explica a maior defasagem entre os gêneros. O que é percebido quando os meninos deixam de frequentar a escola é que geralmente sua família é chefiada pela mãe.

Para melhorar a saúde da população em geral o Programa de Saúde da Família (PSF), que abrange cerca de 54,8% da população, disponibiliza cuidados de saúde a todos. O PSF e o PBF atuam juntos, visto que, a fim de cumprir as condicionalidades, utilizam os serviços oferecidos na saúde, que melhoram a saúde das crianças e das mães. Isso, combinado com a renda que recebem, permite que os beneficiários do Programa desfrutem de uma alimentação e saúde melhor, através, por exemplo, do acesso facilitado a remédios e produtos de higiene (RASELLA *et. al.*, 2014).

Pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil mostram que a fecundidade mais elevada é mais comum na população mais pobre, que vive num contexto social precário. Segundo França (2019) existe um diferencial de fecundidade nos diferentes níveis de renda, visto que se verifica elevado crescimento populacional onde há maior concentração de famílias de baixa renda, das quais, as mulheres mais pobres são mães mais jovens. Devido a vulnerabilidade social, a elevada taxa de fecundidade se deve a esse contexto, sendo embasada

pela literatura que, não se deve apenas pela falta de acesso aos serviços de saúde, mas também à falta de perspectivas de melhorias das condições de vida, no âmbito profissional e/ou da educação (ALVES e CAVENAGHI, 2014).

As mulheres enfrentam algumas barreiras para entrar no mercado de trabalho. Além de competir por emprego de modo geral, lidam com a barreira do gênero. Precisam se destacar frente aos homens, uma vez que são preteridas no mercado de trabalho. Com isso, é essencial serviços e políticas que promovam segurança e facilidade para que as mulheres consigam emprego e renda (PROSPERI e FRIAS, 2020).

Junior, Trevisan e Mello (2019) apuram o efeito que o PBF tem no mercado de trabalho. Argumentam que o efeito tem contribuição positiva sobre o mercado de trabalho formal, em todo país. Essa constatação se deve ao aumento no número de trabalhadores devidamente empregados com carteira assinada e, também, ao aumento da sua remuneração. Com isso, as transferências do PBF podem aumentar a renda, gerando um novo equilíbrio de mercado para os municípios.

Estudos realizados na cidade de Dourados/MS demonstraram a importância da transferência de renda proveniente do PBF, pois, através do padrão de consumo alimentar, a renda não é suficiente para obter a qualidade ideal recomendada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Isso contribuiu para considerar que boa parte da renda da família é usada em alimentação e, sem essa política de distribuição de renda, a desigualdade social seria maior (ROCHA, 2013).

Nesse sentido, ao longo dessa seção foram apresentados estudos que retratam alguns aspectos do Programa Bolsa Família. Esses estudos visaram entender o desenvolvimento do Programa ao longo do tempo e seus avanços e impactos na vida dos beneficiários. Além disso, também buscou analisar as focalizações e condicionalidades do Programa. Entretanto, são poucos os trabalhos que analisam o município de Dourados/MS, especialmente as condições de vida dos beneficiários indígenas e não indígenas. Dessa forma, esse trabalho vem para preencher essa lacuna.

3. METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Primeiramente será apresentado o delineamento da pesquisa. Em seguida, define-se a área de estudo. Por último, apresenta-se a técnica de coleta e análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo apresentar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Dourados/MS. Dessa forma, essa pesquisa caracteriza-se como sendo de caráter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem como objetivo apresentar o problema a ser estudado, que neste estudo será através de pesquisas bibliográficas. Gil (2008) também argumenta que uma pesquisa descritiva apresenta as características de uma população específica.

Neste contexto, será destacado o município de Dourados como sua área de estudo, apresentando as principais características dos beneficiários do PBF no município.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

O estudo será feito na cidade de Dourados, pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul. Localizada a 220 km da capital Campo Grande e 120 km da fronteira com Paraguai, é a segunda maior cidade do estado (UFGD, 2020). Dourados tem uma área territorial de 4.062,236 km², uma população estimada de 225.495 pessoas e uma densidade demográfica de 47,97 hab/km² (IBGE, 2020).



Figura 1 - Mapa da localização do município de Dourados no contexto Nacional/Estadual

Fonte: Lunas & Ribas, 2013, p. 238.

3.3 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para este trabalho será utilizada a Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família. Esta base é disponibilizada pelo Ministério da Cidadania (MC), na qual a marcação do Bolsa Família compõe o pacote de microdados amostrais desidentificados do Cadastro Único. Regulamentada pela Portaria MDS nº 192/2017, esse levantamento de dados é uma parceria entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Esses dados serão analisados através de análise descritiva apresentando as características pessoais e familiares dos beneficiários do Programa Bolsa Família da cidade de Dourados/MS nos anos de 2012, 2015 e 2018 (ano mais recente da pesquisa).

Dentre as variáveis utilizadas, destacam-se: sexo, idade, cor, local de nascimento, se a pessoa tem deficiência, se a pessoa sabe ler e escrever, se a pessoa frequenta a escola, curso que frequenta, se a pessoa está trabalhando e qual a sua remuneração.

Esses dados serão analisados através de gráficos, tabelas e de estatísticas básicas como, por exemplo, a média, a variância e o desvio padrão.

4. RESULTADOS

Esta seção está dividida em três subseções. A primeira analisa as características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A segunda analisa as características dos indivíduos beneficiários e, por fim, a terceira compara as características dos indivíduos indígenas e não indígenas beneficiários do Programa Bolsa Família em Dourados/MS. Essas características são analisadas para os anos 2012, 2015 e 2018.

4.1 Características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Dourados/MS

A Tabela 1 apresenta as características das famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS. Dentre as variáveis estão renda média (*per capita*) da família, local onde o domicílio está situado, espécie do domicílio, se tem água encanada e se há banheiro na residência.

Tabela 1 – Características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.

Característica		2012	2015	2018
A família é beneficiária do Programa Bolsa Família	Não	1.942 (46,75%)	4.300 (66,42%)	3.440 (62,52%)
	Sim	2.212 (53,25%)	2.174 (33,58%)	2.062 (37,48%)
Valor da renda média (<i>per capita</i>) da família	Média	R\$ 66,10	R\$ 92,49	R\$ 53,40
	Desvio-padrão	R\$ 75,68	R\$ 81,30	R\$ 61,55
Característica do local onde está situado o domicílio	Urbano	1.586 (71,70%)	1.584 (72,89%)	1.456 (70,92%)
	Rural	626 (28,30%)	589 (27,11%)	597 (29,08%)
Espécie do domicílio	Part. Permanente	2.161 (98,72%)	2.148 (98,85%)	1.972 (96,05%)
	Part. Improvisado	21 (0,96%)	24 (1,10%)	79 (3,85%)
	Coletivo	7 (0,32%)	1 (0,05%)	2 (0,10%)
Se o domicílio tem água canalizada	Sim	1.973 (92,72%)	2.012 (93,67%)	1.828 (92,70%)
	Não	211 (7,28%)	136 (6,33%)	144 (7,30%)
Existência de Banheiro	Sim	2.025 (92,72%)	2.020 (94,04%)	1.840 (93,31%)
	Não	159 (7,28%)	128 (5,96%)	132 (6,69%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

De acordo com os resultados da Tabela 1, percebe-se as características das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para o ano de 2012 o total de famílias no Cadastro Único são 4.154, das quais 2.212 recebem o benefício, o que representa 53,25% dos cadastrados para esse ano. Em 2015 há um aumento de 55,85% no número de famílias cadastradas, são 6.474 famílias cadastradas, dentre as quais 2.174 recebem o benefício, o que representa 33,58% dos cadastrados nesse ano. Por fim, no ano de 2018, foram 5.502 famílias cadastradas (redução de 15%), das quais 2.062 famílias receberam o benefício, que representa 37,48% de famílias beneficiadas pelo Programa. Percebe-se, nos anos analisados, que a cota de beneficiários é, em média, de 2.149 famílias contempladas e que no ano de 2018 há uma redução de 6,8% no número de famílias recebendo o benefício do que havia no ano de 2012.

O valor da renda média (*per capita*) das famílias é de R\$ 66,10 com desvio-padrão de R\$ 75,68; isso no ano de 2012. Em 2015, a renda média apresenta um aumento de 39,82% chegando a R\$ 92,49; com desvio-padrão de R\$ 81,30. Em 2018, por sua vez, identificou-se uma queda significativa de 42,3% em relação a 2015, uma vez que a renda média foi de R\$ 53,40; com desvio-padrão de 61,55. Pode-se notar que além de uma redução no número de famílias atendidas, há também uma redução significativa no valor recebido pelas famílias de maneira considerável.

Como argumenta Sousa *et. al.* (2019), a volatilidade de renda dos pobres não é só para baixo daquela declarada. Isso pode causar um viés no cadastro e, com isso, ele pode deixar de receber o benefício, pois, caso seja visitado pela pesquisa domiciliar do IBGE e a renda naquele mês ultrapassar a linha da pobreza, logo, ele deixa de ser caracterizado como pobre.

A característica do local onde estão situados os domicílios dos beneficiários mantém um padrão, em 2012, 1.586 famílias residem no perímetro urbano, o que representa 71,70% e na zona rural 626 famílias, o que representa 28,30%. Em 2015, 1.584 famílias residem no perímetro urbano, o que representa 72,89% e na zona rural 589 famílias, o que representa 27,11%. Em 2018, 1.456 famílias residem no perímetro urbano, o que representa 70,92% e na zona rural 597 famílias, o que representa 29,08%.

Outra variável é a espécie do domicílio. Em 2012, cerca de 2.161 famílias têm sua residência particular permanente. As famílias com residência particular improvisada são 21 famílias e que vivem de forma coletiva são 7 famílias. Em 2015, são 2.148 famílias têm sua residência particular permanente, e as famílias com residência particular improvisada são 24 e apenas 1 família residindo de forma coletiva. Por fim, em 2018, houve uma redução do número de famílias que residem em domicílio particular permanente, no qual, são 1.972. As que vivem em residência particular improvisada são 79 famílias e que vivem em domicílio coletivo são 2 famílias para esse ano. Chama a atenção o crescimento das famílias vivendo de maneira improvisada entre os anos de 2015 e 2018, número que aumentou em 229%, isso talvez mostre a existência de um problema de acesso a moradia que tem se intensificado sobre o país, sobretudo, nesse período mais recente de menor aquecimento econômico.

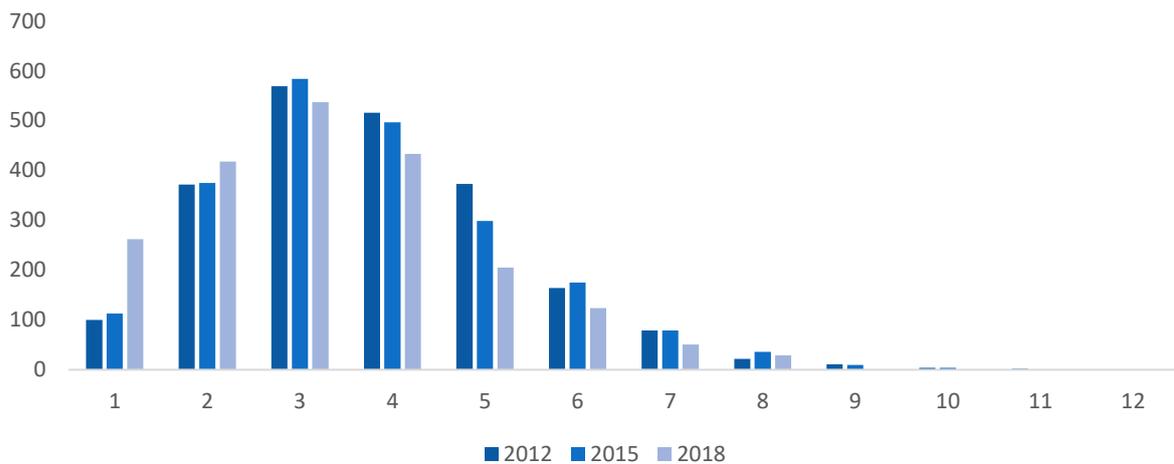
Dentre essas famílias, outra variável analisada é se o domicílio tem água canalizada. Para o ano de 2012, cerca de 92,72% têm água canalizada e 7,28% não tem água canalizada, o que é 211 famílias. Em 2015, cerca de 93,67% têm água canalizada e 6,33% não tem água canalizada, o que é 136 famílias. Em 2018, os domicílios que têm água canalizada são 93,31% dos beneficiários e 6,69% não tem água canalizada, o que corresponde a 132 famílias. Pode-se notar que a participação das famílias sem acesso a água encanada pouco tem se alterado ao longo dos anos analisados, isso pode ser um indicativo da falta de investimentos e direcionamento de recursos para erradicar o problema da falta de saneamento básico, sobretudo, em regiões de maior concentração de pobreza.

Por fim, a última variável analisada na Tabela 1 é a existência de banheiro. Nos anos de 2012, 2015 e 2018, a maior parte dos domicílios possui banheiro, o que é evidenciado pelos elevados percentuais referentes a esse item; 92,72%, 94,04%, e 93,31%. Os domicílios que não

têm banheiro, para os anos de 2012, 2015 e 2018 são, respectivamente, 7,28% o que são 159 domicílios; 5,96% que são 128 domicílios, e 6,69% que são 132 domicílios.

Outras variáveis importantes são quantidade de pessoas e quantidade de cômodos nos domicílios dos beneficiários. Essas variáveis estão representadas nos Gráficos 1 e 2, respectivamente.

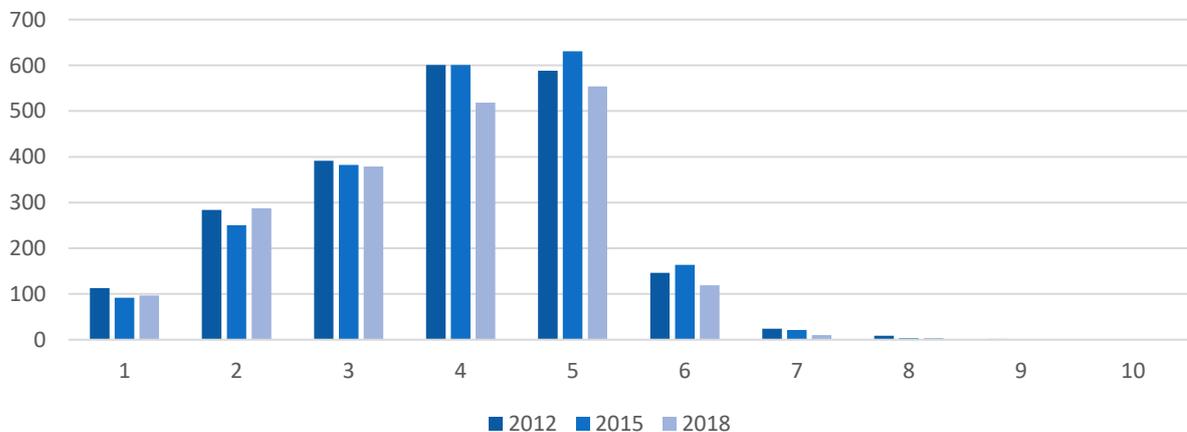
Gráfico 1 – Variável quantidade de pessoas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de pessoas por família. Percebe-se que a maior quantidade de indivíduos que formam uma família é de 3 pessoas, para os anos analisados. Porém, no ano de 2018, o número de indivíduos morando sozinho se sobressai em comparação com 2012 e 2015.

Gráfico 2 – Variável quantidade de cômodos no domicílio



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 2 demonstra a quantidade de cômodos no domicílio, no qual, em geral, se tem quatro ou cinco cômodos. Essa característica é observada nos três anos do estudo.

Para prosseguir a análise, comparamos as características das famílias indígenas com as famílias não indígenas, visto que as famílias indígenas são uma amostra expressiva da população de famílias beneficiárias do Programa em Dourados/MS. A importância de analisá-las é observar a necessidade de políticas sociais condizentes as reais necessidades da população indígenas, na qual demonstrou-se muito mais desigual dentre os beneficiários. Para isso, a Tabela 2 compara as características dessas famílias, analisando as variáveis renda média (*per capita*) da família, local onde o domicílio está situado, espécie do domicílio, se tem água encanada e se há banheiro na residência.

Tabela 2 – Características das famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.

Ano		2012	2015	2018	
Família Indígena	Sim	637 (28,80%)	613 (28,20%)	641 (31,09%)	
	Não	1.575 (71,20%)	1.561 (71,80%)	1.421 (68,91%)	
Valor da renda média (per capita) da família	Indígena	Média	R\$ 25,01	R\$ 46,13	R\$ 30,80
		Desvio-padrão	R\$ 42,78	R\$ 59,02	R\$ 44,68
	Não Indígena	Média	R\$ 83,96	R\$ 110,70	R\$ 63,60
		Desvio-padrão	R\$ 79,41	R\$ 81,63	R\$ 65,30
Característica do local onde está situado o domicílio	Indígena	Urbano	115 (18,05%)	106 (17,29%)	110 (17,16%)
		Rural	522 (81,95%)	507 (82,71%)	531 (82,84%)
	Não Indígena	Urbano	1.471 (93,40%)	1.478 (94,74%)	1.346 (95,33%)
		Rural	104 (6,60%)	82 (5,26%)	66 (4,67%)
Espécie do domicílio	Indígena	Part. Permanente	624 (99,36%)	607 (99,02%)	601 (93,76%)
		Part. Improvisado	4 (0,64%)	5 (0,82%)	39 (6,08%)
		Coletivo	0 (0,00%)	1 (0,16%)	1 (0,16%)
	Não Indígena	Part. Permanente	1.537 (98,46%)	1.541 (98,78%)	1.371 (97,10%)
		Part. Improvisado	17 (1,09%)	19 (1,22%)	40 (2,83%)
		Coletivo	7 (0,45%)	0 (0,00%)	1 (0,07%)
Se o domicílio tem água canalizada	Indígena	Sim	519 (81,99%)	526 (86,66%)	493 (82,03%)
		Não	114 (18,01%)	81 (13,34%)	108 (17,97%)
	Não Indígena	Sim	1.454 (93,75%)	1.486 (96,43%)	1.335 (97,37%)
		Não	97 (6,25%)	55 (3,57%)	36 (2,63%)
Existência de Banheiro	Indígena	Sim	489 (77,25%)	490 (80,72%)	478 (79,53%)
		Não	144 (22,75%)	117 (19,28%)	123 (20,47%)
	Não Indígena	Sim	1.536 (99,03%)	1.530 (99,29%)	1.362 (99,34%)
		Não	15 (0,97%)	11 (0,71%)	9 (0,66%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

De acordo com os resultados da Tabela 2, percebe-se as características das famílias indígenas e não indígenas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para o ano de 2012, foram 637 famílias indígenas que receberam o benefício, que representa 28,80% do total de famílias beneficiárias esse ano. Em 2015, foram 613 famílias contempladas, correspondendo 28,20% e no ano de 2018 foram 641 famílias, no qual, representam 31,09% das famílias beneficiárias nesse ano. As famílias não indígenas, em 2012, 2015 e 2018 são respectivamente, 1.575 famílias (71,20%), 1.561 famílias (71,80%) e 1.421 famílias (68,91%).

O valor da renda média (*per capita*) das famílias indígenas são para 2012, cerca de R\$ 25,01 com desvio-padrão de R\$ 42,78. No ano de 2015, a renda média foi R\$ 46,13 (84,45% maior do que no período anterior) com desvio-padrão de R\$ 59,02. Em 2018, a renda média foi de R\$ 30,80 (33,23% menor do que no período anterior) com desvio-padrão de R\$ 44,68. As famílias não indígenas tiveram a renda média de R\$ 83,96 com desvio-padrão de 79,41 em 2012. No ano de 2015, a renda média foi de R\$ 110,70 (31,85% maior do que no período anterior) com desvio-padrão de R\$ 81,63, e por fim, no ano de 2018, a renda média das famílias não indígenas foram R\$ 63,60 (42,55% menor do que no período anterior) com desvio-padrão de R\$ 65,30.

A característica do local onde estão situados os domicílios dos beneficiários indígenas, em 2012 foram, na área urbana são 115 famílias e 522 famílias na zona rural. Os beneficiários não indígenas, que residiam na área urbana são 1.471 famílias e 104 na zona rural, para o mesmo ano. Em 2015, as famílias indígenas que residiam na área urbana são 106 famílias e 507 na zona rural. Os beneficiários não indígenas, que residiam na área urbana são 1.478 famílias e 82 na zona rural, para o mesmo ano. Para o ano de 2018, na área urbana residiam 110 famílias e 531 famílias na zona rural. Os beneficiários não indígenas, que residiam na área urbana são 1.346 famílias e 66 na zona rural, para o mesmo ano. Pode-se observar dessa forma, que as famílias classificadas como indígenas tem seus domicílios na zona rural.

Em relação a variável espécie do domicílio é analisada para as famílias indígenas e não indígenas. Em 2012, cerca de 624 famílias indígenas têm sua residência particular permanente. As famílias indígenas com residência particular improvisada são 4 famílias e não há famílias vivendo de forma coletiva nesse ano. As famílias não indígenas, em 2012, são 1.537 famílias têm sua residência particular permanente, e as famílias com residência particular improvisada são 17 e 7 famílias residindo de forma coletiva.

Em 2015, cerca de 607 famílias indígenas têm sua residência particular permanente. As famílias indígenas com residência particular improvisada são 5 famílias e 1 família vivendo de forma coletiva. As famílias não indígenas, em 2015, são 1.541 famílias têm sua residência

particular permanente, e as famílias com residência particular improvisada são 19 e nenhuma família residindo de forma coletiva.

No ano de 2018, cerca de 601 famílias indígenas têm sua residência particular permanente. As famílias indígenas com residência particular improvisada são 39 famílias e 1 família vivendo de forma coletiva. As famílias não indígenas, em 2018, são 1.371 famílias têm sua residência particular permanente, e as famílias com residência particular improvisada são 40 e uma família residindo de forma coletiva. Ainda que os números sejam pequenos, mostra relativo crescimento o número de famílias indígenas vivendo de maneira improvisada durante os anos analisados, foi um aumento de praticamente nove vezes o valor.

Outra variável analisada é se o domicílio tem água canalizada. Para as famílias indígenas, no ano de 2012, cerca de 81,99% têm água canalizada e 18,01% não tem água canalizada, o que são 114 famílias. Já as famílias não indígenas, 93,75% têm água canalizada e 6,25% não tem água canalizada, que representa cerca de 97 famílias.

Em 2015, as famílias indígenas que têm água canalizada representam de 86,66% e 13,34% não tem água canalizada, o que são 81 famílias. Já as famílias não indígenas, 96,43% têm água canalizada e 3,57% não tem água canalizada, que representa cerca de 55 famílias.

No ano 2018, as famílias indígenas que têm água canalizada representam de 82,03% e as famílias que não têm água canalizada são 17,97%, o que são 108 famílias. Já as famílias não indígenas, 97,37% têm água canalizada e 2,63% não tem água canalizada, que representa cerca de 36 famílias. Pode-se notar nesse aspecto, que não existe uma mudança significativa no sentido de se reduzir a falta de acesso a água encanada tanto para famílias indígenas como não indígenas, porém é maior o problema dentro das famílias indígenas. Durante os anos analisados cerca de 15% das famílias indígenas não tem acesso a água encanada enquanto esse número nas famílias não indígenas é de cerca de 3%. Ou seja, existe um problema de saneamento básico que não tem sido resolvido e ele atinge de maneira mais acentuada (cerca de três vezes mais) as comunidades indígenas.

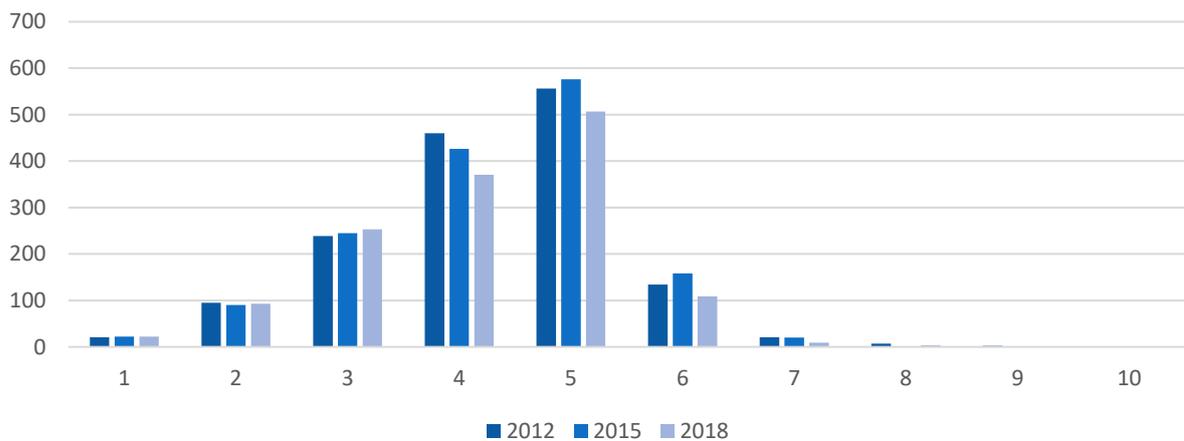
Por fim, a última variável analisada na tabela é a existência de banheiro. Para as famílias indígenas nos anos de 2012, 2015 e 2018, percebe-se que a maioria dos domicílios tem banheiro. São cerca de 77,25%, em 2012, e 80,72% em 2015 e 79,53% em 2018. Os domicílios que não têm banheiro, para os anos de 2012, 2015 e 2018 são, respectivamente, 18,01% o que são 114 domicílios; 13,34% que são 81 domicílios, e 17,97% que são 108 domicílios.

Para as famílias não indígenas nos anos de 2012, 2015 e 2018, percebe-se também que a maioria dos domicílios tem banheiro. São cerca de 99,03%, em 2012, e 99,29% em 2015 e 99,34% em 2018. Os domicílios que não têm banheiro, para os anos de 2012, 2015 e 2018 são,

respectivamente, 0,97% o que são 15 domicílios; 0,71% que são 11 domicílios, e 0,66% que são 9 domicílios.

Outras variáveis importantes são quantidade de pessoas e quantidade de cômodos nos domicílios dos beneficiários. A variável quantidade de pessoas dos beneficiários indígenas e não indígenas estão representadas nos gráficos 3 e 4. A quantidade de cômodos estão representadas nos gráficos 5 e 6, respectivamente.

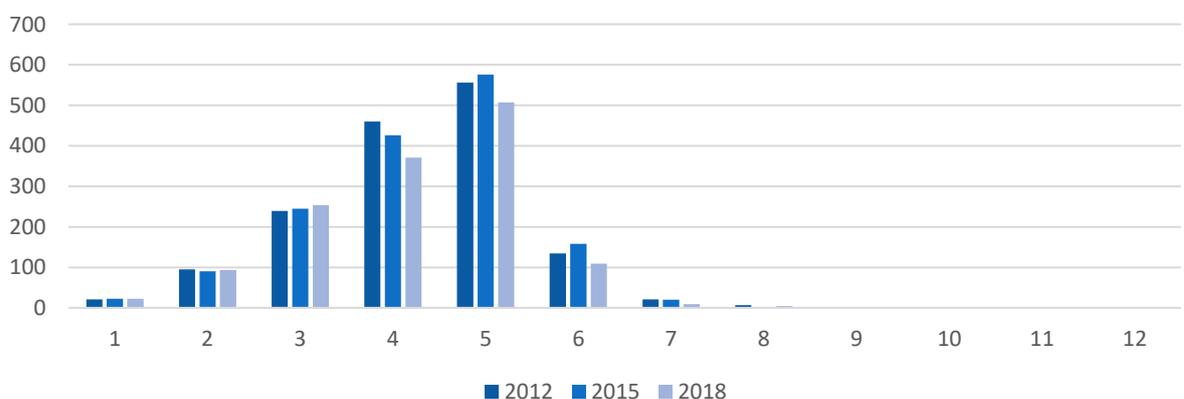
Gráfico 3 – Variável quantidade de pessoas nas famílias indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 3, apresenta a quantidade de pessoas por família indígena nos anos de 2012, 2015 e 2018. Percebe-se que as famílias indígenas em sua maioria são formadas de duas a quatro pessoas, com tendência de queda ao aumentar os números de indivíduos em uma mesma família.

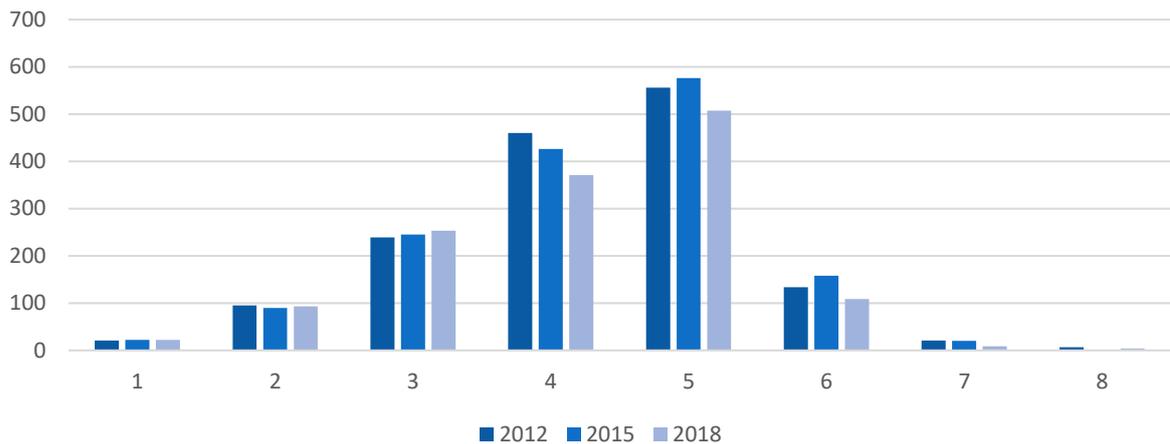
Gráfico 4 – Variável quantidade de pessoas nas famílias não indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 4, apresenta a quantidade de pessoas por família não indígena nos anos de 2012, 2015 e 2018. Percebe-se que as famílias indígenas em sua maioria são formadas de duas a cinco pessoas, com tendência de queda ao aumentar os números de indivíduos de uma mesma família.

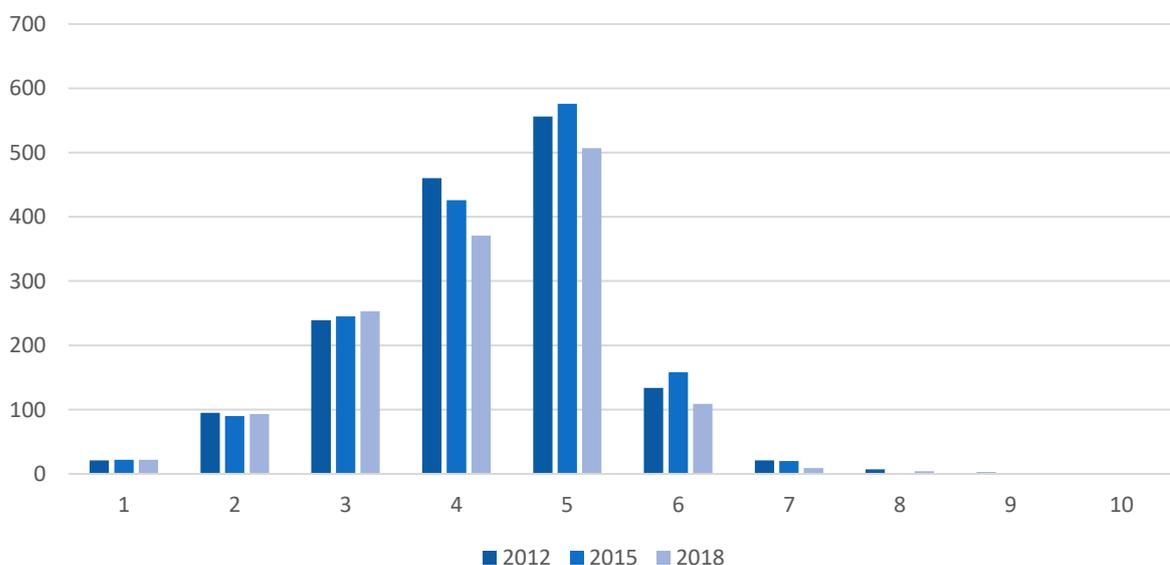
Gráfico 5 – Variável quantidade de cômodos nos domicílios das famílias indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 5, demonstra a quantidade de cômodos no domicílio das famílias indígenas, no qual, percebe-se através do gráfico que se tem dois a quatro cômodos. Essa característica é observada nos três anos do estudo.

Gráfico 6 – Variável quantidade de cômodos nos domicílios das famílias não indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 6, demonstra a quantidade de cômodos nos domicílios das famílias não indígenas, em que através do gráfico que em geral as famílias possuem cinco cômodos em suas casas. Essa característica é observada nos três anos do estudo.

4.2 Características dos indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família em Dourados/MS

A Tabela 3, a seguir, apresenta as características dos indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS. Dentre as variáveis estão sexo, idade, cor ou raça, local de nascimento, se a pessoa possui deficiência.

Tabela 3 – Características dos indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Dourados/MS nos anos 2012, 2015 e 2018.

Características			2012	2015	2018
Número de indivíduos beneficiários do Bolsa Família	Não Beneficiário		5.255	11.315	7.736
	Beneficiário		8.354	8.142	6.772
Sexo	Masculino		3.539 (42,36%)	3.432 (42,15%)	2.811 (41,51%)
	Feminino		4.815 (57,64%)	4.710 (57,85%)	3.961 (58,49%)
Idade	Todos	Média	20,5	19,7	17,9
		D. P.	16,2	15,4	16,0
	Homens	Média	18,7	16,7	14,7
		D. P.	15,8	15,5	15,4
	Mulheres	Média	22,3	21,8	20,3
		D. P.	16,3	15,5	16,1
Cor ou raça	Branca		2.804 (33,60%)	2.746 (30,52%)	1.885 (27,85%)
	Preta		260 (3,12%)	215 (2,65%)	183 (2,70%)
	Amarela		26 (0,31%)	28 (0,35%)	18 (0,27%)
	Parda		2.838 (34,01%)	2.870 (35,37%)	2.263 (33,43%)
	Indígena		2.416 (28,95%)	2.525 (31,12%)	2.420 (35,75%)
Cor ou raça por sexo	Homens	Branca	1.184	1.048	815
		Preta	84	82	54
		Amarela	13	12	7
		Parda	1.197	1.178	913
		Indígena	1.057	1.099	1.021
	Mulheres	Branca	1.620	1.428	1.070
		Preta	176	133	129
		Amarela	13	16	11
		Parda	1.641	1.692	1.350
		Indígena	1.356	1.426	1.399
Local de Nascimento	Neste município		6.197 (74,54%)	6.248 (76,79%)	5.120 (75,63%)
	Em outro município		2.107 (25,34%)	1.875 (23,05%)	1.636 (24,17%)
	Em outro país		10 (0,12%)	13 (0,16%)	14 (0,21%)
Pessoa tem deficiência	Sim		191 (2,29%)	146 (1,79%)	171 (2,53%)
	Não		8.156 (97,71%)	7.996 (98,21%)	6.601 (97,47%)
Pessoa tem	Homens	Sim	84 (43,98%)	67 (43,84%)	89 (52,05%)

Deficiência por sexo	Não	3.450 (42,30%)	3.368 (42,12%)	2.722 (41,24%)
	Mulheres	Sim	107 (56,02%)	82 (56,16%)
		Não	4.706 (57,66%)	4.628% (57,88%)
				82 (47,95%)
				3.879 (58,49%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

A Tabela 3, apresenta, inicialmente o número de beneficiários. Nos anos, 2012, 2015 e 2018, tiveram, 8.345 beneficiários, 8.142 beneficiários e 6.772 beneficiários, respectivamente, observando uma queda de 16,83% no número de beneficiários no ano de 2018 em comparação ao ano de 2015. Em 2012, os indivíduos do sexo masculino são 3.539 homens (42,36%) e do sexo feminino são 4.815 mulheres (57,64%).

A idade, tem média total de 20,5 anos com desvio-padrão de 16,2 anos em 2012. Já no ano de 2015, a média total é de 19,7 anos com desvio-padrão de 15,4 anos. Para o ano de 2018, a média geral é 17,9 anos e desvio-padrão de 16 anos aproximadamente. A idade para os homens, para os anos de 2012, 2015 e 2018, são respectivamente, 18,7 anos, 16,7 anos e 14,7 anos. Para as mulheres, a média é, 22,3 anos, 21,8 anos e 20,3 anos para os mesmos anos.

A cor ou raça que se destaca no ano de 2012 são: pardos com 2.838 indivíduos (34,01%), brancos com 2.804 indivíduos (33,60%), indígenas com 2.416 indivíduos (28,95%), pretos com 260 indivíduos (3,12%) e amarelos com 26 indivíduos (0,31%). Em 2015 os indivíduos que se consideram pardos são 2.870 indivíduos (35,37%), indígenas com 2.525 indivíduos (31,12%), brancos com 2.746 indivíduos (30,52%), pretos com 215 indivíduos (2,65%) e amarelos com 28 indivíduos (0,35%). No ano de 2018 os indivíduos que se consideram que compõem a maioria são os indígenas com 2.870 indivíduos (35,75%), pardos com 2.263 indivíduos (33,43%), brancos com 1.885 indivíduos (27,85%), pretos com 183 indivíduos (2,70%) e amarelos com 18 indivíduos (0,27%). Pode-se notar que a maioria dos indivíduos são de cor ou raça branca, parda ou indígena, e na amostra mais recente os indígenas representam cerca de um terço da população total.

Dentre essas características, outra variável observada é a cor ou raça por sexo. No qual, em 2012, são 1.197 homens e 1.641 mulheres pardos, 1.184 homens e 1.620 mulheres brancos, seguido de, 1.057 homens e 1.356 mulheres indígenas, 84 homens e 176 mulheres pretos e 13 homens e 13 mulheres amarelos. Em 2015, a maioria são 1.178 homens e 1.692 mulheres pardos, em segundo são 1.099 homens e 1.426 mulheres indígenas, em terceiro são 1.048 homens e 1.428 mulheres brancos, em quarto são 82 homens e 133 mulheres que se denominam pretos, e por último 12 homens e 16 mulheres amarelos. Para o ano de 2018, a maioria são 1.021 homens e 1.399 mulheres indígenas, em segundo, 913 homens e 1.350 mulheres que são pardos,

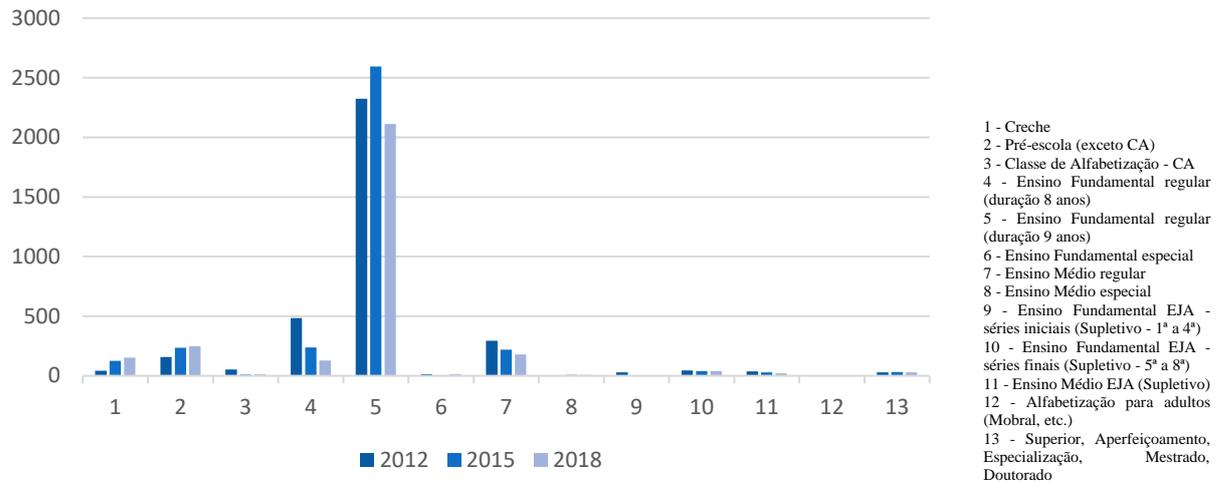
em terceiro são 815 homens e 1.070 mulheres brancos, em quarto são 54 homens e 129 mulheres que se denominam pretos, e por último 7 homens e 11 mulheres amarelos.

Avalia-se também, o local de nascimento desses indivíduos. Os beneficiários que nasceram neste município, são respectivamente, 6.197 indivíduos (74,54%) em 2012. Em 2015 foram 6.248 indivíduos (76,79%) e em 2018 foram 5.120 indivíduos (75,63%). Os que nasceram em outro município são 2.107 indivíduos (25,34%) em 2012. Em 2015 foram 1.875 indivíduos (23,05%) e em 2018 foram 1.636 indivíduos (24,17%). Por fim, os beneficiários que nasceram em outro país, no qual, são 10 indivíduos (0,12%) em 2012. Já em 2015 foram 13 indivíduos (0,16%) e em 2018 foram 14 (0,21%).

A Tabela 3 também demonstra a variável em que o beneficiário possui deficiência. Os que possui deficiência são 191 indivíduos (2,29%) em 2012. Em 2015 são 146 indivíduos (1,79%) e no ano de 2018 são 171 indivíduos (2,53%). Os que não possuem deficiência são, respectivamente, 8.156 indivíduos (97,71%) em 2012, em 2015 são 7.996 indivíduos (98,21%) e no ano de 2018 são 6.601 indivíduos (97,47%). Ou seja, uma parcela de 2,20% em média durante os anos analisados tem algum tipo de deficiência.

Essa variável é analisada também por sexo. Os homens que possuem deficiência são 84 indivíduos (43,98%) em 2012, em 2015 são 67 indivíduos (43,84%) e no ano de 2018 são 89 indivíduos (52,05%). Os homens que não possuem deficiência são, respectivamente, 3.450 indivíduos (42,30%) em 2012, em 2015 são 3.368 indivíduos (42,12%) e no ano de 2018 são 2.722 indivíduos (41,24%). As mulheres que possuem deficiência são 107 indivíduos (56,02%) em 2012, em 2015 são 82 indivíduos (56,16%) e no ano de 2018 são 82 indivíduos (47,95%). As mulheres que não possuem deficiência são, respectivamente, 4.706 indivíduos (57,66%) em 2012, em 2015 são 4.628 indivíduos (57,88%) e no ano de 2018 são 3.879 indivíduos (58,49%).

A seguir, a característica analisada é sobre educação. Para demonstrar os resultados, o Gráfico 7 demonstra que curso a pessoa frequenta.

Gráfico 7 – Curso que a pessoa frequenta

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 7 demonstra que a maioria dos beneficiários para os anos 2012, 2015 e 2018, frequentavam o Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial) e Segunda fase do 1º grau. Esse resultado demonstra o que foi encontrado em outros estudos, porém, isso pode ser resultado das condicionalidades em educação previstas pelo Programa.

A Tabela 4 demonstra características sobre a educação dos indivíduos. Dentre as variáveis estão se a pessoa sabe ler e escrever, pessoa sabe ler e escrever por sexo, a pessoa concluiu o curso e a pessoa concluiu o curso por sexo.

Tabela 4 – Características da educação dos beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018

Características			2012	2015	2018
Pessoa sabe ler e escrever	Sim		6.344 (75,96%)	5.806 (71,59%)	4.489 (66,30%)
	Não		2.008 (24,04%)	2.304 (28,41%)	2.282 (33,70%)
Pessoa sabe ler e escrever por sexo	Homens	Sim	2.608 (41,11%)	2.311 (39,80%)	1.700 (37,87%)
		Não	930 (46,31%)	1.103 (47,87%)	1.111 (48,69%)
	Mulheres	Sim	3.736 (58,89%)	3.495 (60,20%)	2.789 (62,13%)
		Não	1.078 (53,69%)	1.201 (52,13%)	1.171 (51,31%)
A pessoa concluiu o curso	Sim		791 (26,47%)	933 (33,07%)	745 (31,89%)
	Não		2.197 (73,53%)	1.888 (66,93%)	1.591 (68,11%)
A pessoa concluiu o curso por sexo	Homens	Sim	240 (30,34%)	269 (28,83%)	189 (25,37%)
		Não	737 (33,55%)	565 (29,93%)	556 (74,63%)
	Mulheres	Sim	551 (69,66%)	664 (71,17%)	447 (28,10%)
		Não	1.460 (66,45%)	1.323 (70,07%)	1.144 (71,90%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

Os beneficiários que sabem ler e escrever, nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram de, 75,96%, 71,59% e 66,30% respectivamente. Nota-se que houve uma redução de 14,57% dos beneficiários que sabem ler e escrever conforme passou os anos. As pessoas que não sabem ler ou escrever, nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram de, 24,04%, 28,41% e 33,70% respectivamente, portanto, houve um aumento de 40,18% nos beneficiários que não bem ler ou escrever.

Dentre esses indivíduos que sabem ler e escrever, os homens, em 2012, eram 2.608, em 2015 eram 2.311 e em 2018 eram 1.700 homens. Os que não sabem ler ou escrever em 2012, eram 930, em 2015 eram 1.103 e em 2018 eram 1.111 homens. Pode-se notar que houve uma redução de 34,81% dos homens que sabem ler e escrever e os homens que não sabem ler ou escrever houve um aumento de 19,46%.

As mulheres que sabem ler e escrever, em 2012, eram 3.736, em 2015 eram 3.495 e em 2018 eram 2.789 mulheres. As que não sabem ler ou escrever em 2012, eram 1.078, em 2015 eram 1.201 e em 2018 eram 1.171 mulheres. Pode-se notar que houve uma redução de 25,34% das mulheres que sabem ler e escrever e as mulheres que não sabem ler ou escrever houve um aumento de 8,62%.

Outra variável relevante analisada é se a pessoa conclui o curso. Dentre os concluintes, nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram de 26,47%, 33,07% e 31,89% e os que não concluíram eram 73,53%, 66,93% e 68,11%. Nota-se que houve um aumento de 20,48% de concluintes e de não concluintes houve redução de 7,37%.

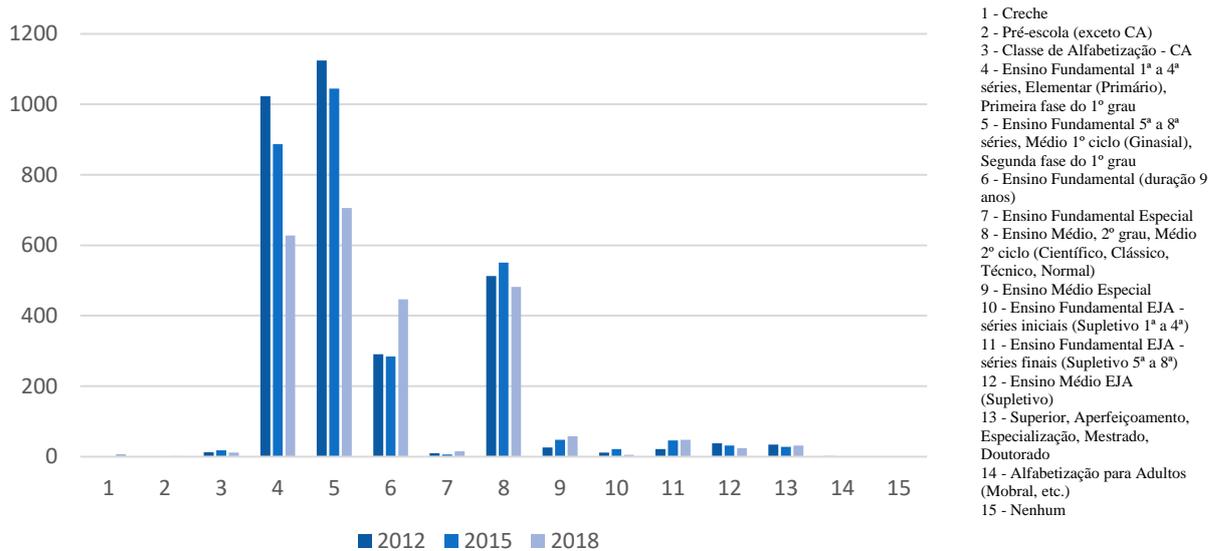
Os homens que concluíram o curso nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram de 30,34%, 28,83% e 25,37% e os que não concluíram o curso eram 33,55%, 29,93% e 28,10%. Pode-se notar que houve uma redução de 16,38% dos homens concluintes e os homens não concluintes houve uma redução de 16,24%. As mulheres que concluíram o curso nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram 69,66%, 71,17% e 74,63% e as que não concluíram o curso eram 66,45%, 70,07% e 71,90%. Nota-se que houve um aumento de 7,13% das mulheres que concluíram o curso, porém, chama a atenção que houve um aumento na evasão escolar das mulheres em 8,20%. Apesar dos números serem altos no aumento de ambos, em média 590 mulheres concluíram, enquanto, em média 1.309 mulheres não concluíram o curso.

Segundo Santos *et. al.* (2019) os principais motivos que se destacam para essa taxa de evasão escolar é a necessidade de trabalhar, seguida da falta de vontade em dar continuidade aos estudos, além da gravidez precoce entre as mulheres. Nesse sentido, é necessária uma política social visando a conclusão da educação básica, para que assim os beneficiários tenham aumentadas suas chances de concluir seus estudos e especificamente para as mulheres visto

que, comparando por sexo, são maior taxa de que não sabe ler ou escrever e de maior evasão escolar.

A seguir, o Gráfico 8 demonstra o curso mais elevado que a pessoa frequentou. As variáveis que constam no gráfico vão desde a nenhum curso até curso superior.

Gráfico 8 – Curso mais elevado que a pessoa frequentou



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

Através do Gráfico 8, percebe-se que os cursos mais frequentados são (4) Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau, (5) Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásial), Segunda fase do 1º grau, (6) Ensino Fundamental (duração 9 anos) e (8) Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal).

Outro aspecto relevante sobre os beneficiários é sobre o trabalho. A Tabela 5 demonstra dentre os beneficiários que trabalham, a sua função principal.

Tabela 5 – Função principal no trabalho dos beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018

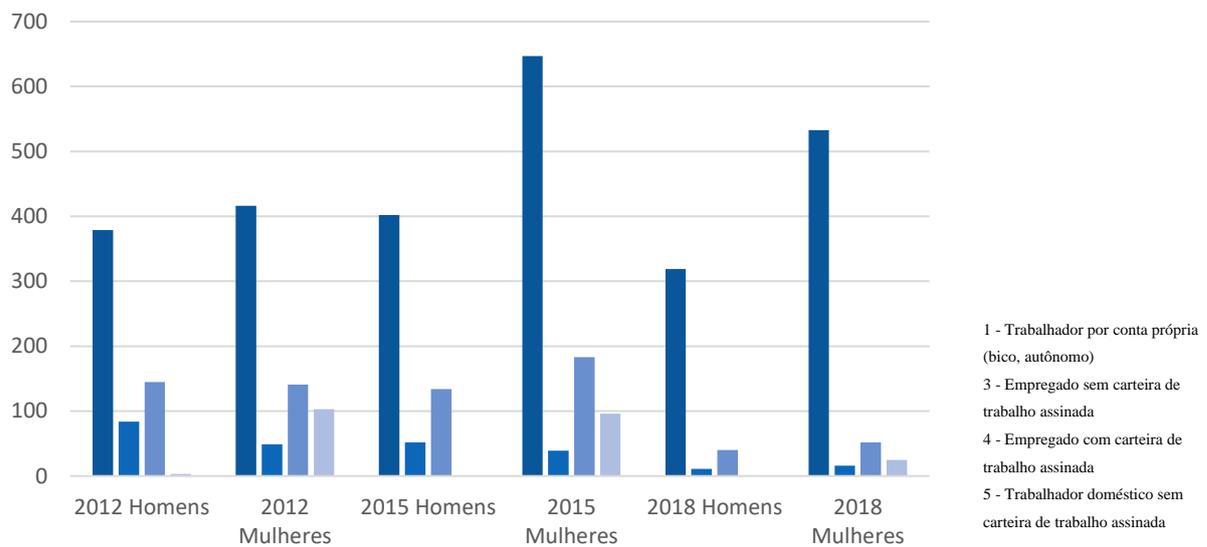
Características	2012	2015	2018
Trabalhador por conta própria	795 (56,50%)	1.049 (64,43%)	852 (82,08%)
Trabalhador temporário em área rural	20 (1,42%)	22 (1,35%)	15 (1,45%)
Empregado sem carteira de trabalho assinada	133 (9,45%)	91 (5,59%)	27 (2,60%)
Empregado com carteira de trabalho assinada	286 (20,33%)	317 (19,47%)	92 (8,86%)
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	106 (7,53%)	96 (5,90%)	26 (2,50%)
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	48 (3,41%)	23 (1,14%)	7 (0,67%)
Trabalhador não-remunerado	4 (0,28%)	2 (0,12%)	2 (0,19%)
Militar ou servidor público	9 (0,64%)	16 (0,89%)	1 (0,10%)
Empregador	0 (0,00%)	0 (0,00%)	1 (0,10%)
Estagiário	4 (0,28%)	9 (0,55%)	12 (1,16%)
Aprendiz	2 (0,14%)	3 (0,18%)	4 (0,39%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

Dentre as funções principais, as que se destacam são os trabalhadores por conta própria que no ano de 2012 representaram 56,60%, em 2015 eram 64,43% e em 2018 eram 82,08%. Seguido dos empregados com carteira de trabalho assinada que no ano de 2012 representaram 20,33%, em 2015 eram 19,47% e em 2018 eram 8,86%. Os empregados sem carteira de trabalho assinada, em 2012 eram 9,45%, em 2015 eram 5,59% e em 2018 eram 2,60%. Por fim, outra variável de destaque são os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, que em 2012 eram 7,53%, em 2015 eram 5,90% e em 2018 eram 2,50%. As outras informações contidas na tabela, percebe-se através de seus resultados, que são números relativamente baixos. Assim nota-se que o perfil dos beneficiários que exercem outra atividade são, sobretudo, trabalhadores por conta própria (autônomos) ou trabalham em outras atividades com ou sem carteira assinada.

Para demonstrar quem são esses trabalhadores, o Gráfico 9 demonstra as funções dos trabalhadores por sexo. As variáveis analisadas no Gráfico 9 são as discutidas anteriormente para os anos em análise.

Gráfico 9 – Função principal no trabalho por sexo



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

O Gráfico 9, demonstra os trabalhadores nas suas funções por sexo. Os trabalhadores homens por conta própria em 2012, 2015 e 2018 eram 379, 402 e 319 trabalhadores. As mulheres eram 416, 647 e 533 trabalhadoras por conta própria. Os empregados sem carteira de trabalho assinada eram 84, 52 e 11 trabalhadores. As mulheres eram 49, 39 e 16 trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada. Os empregados com carteira de trabalho assinada eram 145, 134 e 40 trabalhadores. As mulheres 141, 183 e 52 trabalhadoras com carteira de trabalho assinada. Por fim, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada eram 3, em 2015 não havia nenhum homem nessa condição e em 2018 era 1 trabalhador. As mulheres destacam-se nessa variável, pois, eram 103, 96 e 25 trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada.

A Tabela 6, em seguida, demonstra outras variáveis sobre o trabalho, dentre as quais estão valor da remuneração e essa remuneração dividida por sexo, pessoa trabalhou semana passada e quem trabalhou semana passada por sexo e por último, descreve as pessoas com trabalho remunerado em algum período nos últimos 12 meses e, também, analisar essa variável por sexo.

Tabela 6 – Valor da remuneração e informações sobre o trabalho beneficiários nos anos 2012, 2015 e 2018

Características			2012	2015	2018
Valor de remuneração	Média		R\$ 124,80	R\$ 192,31	R\$ 140,31
	Desvio-padrão		R\$ 224,07	R\$ 543,11	R\$ 267,82
	Valor Mínimo		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Valor Máximo		R\$ 1.500,00	R\$ 30.036	R\$ 2.165,00
Valor de remuneração por sexo	Homens	Média	R\$ 179,51	R\$ 258,20	R\$ 205,52
		D. P.	R\$ 267,37	R\$ 357,11	R\$ 333,68
		Valor Mín.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Valor Máx.	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.165,00
	Mulheres	Média	R\$ 93,71	R\$ 157,84	R\$ 110,31
		D. P.	R\$ 188,32	R\$ 615,78	R\$ 225,14
		Valor Mín.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Valor Máx.	R\$ 1.034,00	R\$ 30.036	R\$ 1.419,00
Pessoa trabalhou na semana passada	Sim		1.344 (29,38%)	1.543 (35,56%)	962 (29,63%)
	Não		3.230 (70,62%)	2.796 (64,44%)	2.285 (70,37%)
Pessoa trabalhou na semana passada por sexo	Homens	Sim	617 (45,91%)	589 (38,17%)	367 (38,15%)
		Não	1.040 (32,20%)	905 (32,37%)	656 (28,71%)
	Mulheres	Sim	727 (54,09%)	954 (61,83%)	595 (61,85%)
		Não	2.190 (67,80%)	1.891 (67,63%)	1.629 (71,29%)
Pessoa com trabalho remunerado em algum período nos últimos 12 meses	Sim		1.583 (34,61%)	1.890 (43,63%)	1.306 (40,22%)
	Não		2.991 (65,39%)	2.442 (56,37%)	1.941 (59,78%)
Pessoa com trabalho remunerado em algum período nos últimos 12 meses por sexo	Homens	Sim	709 (44,79%)	701 (37,09%)	471 (36,06%)
		Não	948 (31,70%)	787 (32,23%)	552 (28,44%)
	Mulheres	Sim	874 (55,21%)	1.189 (62,91%)	835 (63,94%)
		Não	2.043 (68,30%)	1.655 (67,77%)	1.389 (71,56%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

A Tabela 6, inicia com o valor de remuneração dos trabalhadores que foram, em média em 2012 de R\$ 124,00 com desvio-padrão de R\$ 224,07, em 2015 de R\$ 192,31 (aumento de 55,09%) com desvio-padrão de R\$ 543,11 e em 2018 de R\$ 140,31 (redução de 27,04%) com desvio-padrão de R\$ 267,82.

O valor da remuneração média, comparando com o salário mínimo de cada ano, era de, aproximadamente, um quinto em 2012 (R\$ 622,73), um quarto em 2015 (R\$ 788,00) e um

oitavo em 2018 (1.108,31). Essa discrepância acentua-se quando comparados com salários por sexo, pois, as mulheres ganham aproximadamente a metade das remunerações dos homens.

O valor de remuneração para homens em média para 2012 eram de R\$ 179,51 com desvio-padrão de R\$ 267,37, em 2015 de R\$ 258,20 (aumento significativo de 43,83%) com desvio-padrão de R\$ 357,11 e em 2018 de R\$ 205,52 (redução de 20,40%) com desvio-padrão de R\$ 333,68. Para as mulheres, o valor da remuneração era, em 2012 de R\$ 93,71 com desvio-padrão de R\$ 188,32, em 2015 de R\$ 157,84 (aumento de 68,43%) com desvio-padrão de R\$ 615,78 e em 2018 de R\$ 110,31 (redução de 30,11%) com desvio-padrão de R\$ 225,14.

As diferenças de remuneração para os homens e mulheres se acentuam. Essa discrepância pode ser observada na Tabela 6, onde, pode-se notar que as mulheres ganham aproximadamente a metade da remuneração média dos homens. A diferença da remuneração média das mulheres para os homens em 2012, 2015 e 2017 é de 91,55% com queda no período seguinte 63,59 e aumento significativo de 104,88% no último período.

Dentre os trabalhadores que são beneficiários, os que trabalharam na semana passada, ao Cadastro Único, nos anos de 2012, 2015 e 2018 eram de 29,38%, 35,56% e 29,63% e os que não trabalharam na semana passada eram 70,62%, 64,44% e 70,37%. Dentre esses indivíduos que trabalharam na semana anterior, os homens eram 45,91%, 38,17%, e 38,15% e os homens que não trabalharam na semana anterior eram 32,20%, 32,37% e 28,71%. As mulheres que trabalharam na semana anterior eram 54,09%, 61,33% e 61,82% e as mulheres que não trabalharam na semana anterior eram 67,80%, 67,63% e 71,29%.

Outra variável que a Tabela 6 demonstra, é se a pessoa trabalhou remunerado em algum período nos últimos 12 meses. Nos anos de 2012, 2015 e 2018 os que pessoa trabalhou remunerado em algum período nos últimos 12 meses eram 34,61%, 43,63% e 40,22% e os que não trabalharam nos últimos 12 meses eram 65,39%, 56,37% e 59,78%. Pode-se nota que as pessoas trabalharam remunerado em algum período nos últimos 12 meses aumentou em 16,21% desde o período inicial da análise e as pessoas trabalharam remunerado em algum período nos últimos 12 meses reduziu em 8,58% dentre os períodos analisados.

Analisando essa variável por sexo, temos que, os homens que trabalharam nos últimos 12 meses eram 44,79%, 37,09% e 36,06% (redução em 19,49% de 2012 para 2018) e os homens que não trabalharam nos últimos 12 meses eram 31,70%, 32,23% e 28,44% (redução em 10,28% de 2012 para 2018). As mulheres que trabalharam nos últimos 12 meses eram 55,21%, 62,91% e 63,94% % (aumentou em 15,81% de 2012 para 2018) e as mulheres que não trabalharam na semana anterior eram 68,30%, 67,77% e 71,56% % (aumentou em 4,77% de 2012 para 2018).

4.3 Características dos indivíduos indígenas beneficiários do Programa Bolsa Família em Dourados/MS

Devido ao número expressivo de indígenas residentes na cidade de Dourados/MS, essa seção analisa as características dos indivíduos indígenas e não indígenas. A Tabela 7, a seguir, apresenta as características dos beneficiários indígenas e não indígenas. As variáveis analisadas são se o beneficiário é indígena, sexo, idade, valor de remuneração, trabalhou na semana passada, sabe ler e escrever e concluiu o curso. Em seguida, o Gráfico 10 demonstra o curso mais elevado que esses indivíduos frequentaram.

Tabela 7 – Comparação das características dos indivíduos indígenas e não indígenas

Características			2012	2015	2018
O beneficiário é Indígena	Sim		2.465 (29,51%)	2.552 (31,34%)	2.442 (35,76%)
	Não		5.889 (70,49%)	5.590 (68,66%)	4.350 (64,24%)
Sexo - indígena e não indígena	Indígena	Masculino	1.087 (44,10%)	1.117 (43,77%)	1.036 (42,77%)
		Feminino	1.378 (55,90%)	1.435 (56,23%)	1.386 (57,23%)
	Não Indígena	Masculino	2.452 (41,64%)	2.315 (41,41%)	1.775 (40,80%)
		Feminino	3.437 (58,36%)	3.275 (58,59%)	2.575 (59,20%)
Idade	Indígena	Média	17,47	17,5	15,48
		Desvio-padrão	14,55	13,6	13,19
	Não Indígena	Média	21,75	20,6	19,34
		Desvio-padrão	16,68	15,9	17,28
Valor da remuneração se a família é indígena e se a família não é indígena	Indígena	Média	R\$ 59,73	R\$ 116,39	R\$ 73,52
		Desvio-padrão	R\$ 150,51	R\$ 236,24	R\$ 178,17
	Não Indígena	Média	R\$ 148,10	R\$ 222,55	R\$ 173,50
		Desvio-padrão	R\$ 240,88	R\$ 662,15	R\$ 297,16
Pessoa trabalhou na semana passada	Indígena	Sim	241 (19,98%)	332 (26,88%)	250 (23,19%)
		Não	965 (80,02%)	903 (73,12%)	828 (76,81%)
	Não Indígena	Sim	1.103 (32,75%)	1.211 (39,01%)	712 (32,83%)
		Não	2.265 (67,25%)	1.893 (60,99%)	1.457 (67,17%)
Pessoa sabe ler e escrever	Indígena	Sim	1.706 (69,21%)	1.728 (67,84%)	1.566 (64,66%)
		Não	759 (30,79%)	819 (32,16%)	856 (35,34)
	Não Indígena	Sim	4.638 (78,78%)	4.078 (73,31%)	2.923 (67,21%)
		Não	1.249 (21,22)	1.485 (26,69%)	1.426 (32,79%)
A pessoa concluiu o curso	Indígena	Sim	120 (16,24%)	190 (24,45%)	169 (23,87%)
	Não	Não	619 (83,76%)	587 (75,55%)	539 (76,13%)

Não Indígena	Sim	671 (29,84%)	743 (36,35%)	576 (35,38%)
	Não	1.578 (70,16%)	1.301 (63,65%)	1.052 (64,62%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família dos anos 2012, 2015 e 2018.

A primeira variável da Tabela 7, é se o beneficiário é indígena. Os indivíduos indígenas beneficiários em 2012, 2015 e 2018 eram 2.465 (29,51%), 2.552 (31,34%) e 2.442 (35,76%) e os beneficiários que não são indígenas eram 5.889 (79,49%), 5.590 (68,66%) e 4.350 (64,24%). Ao longo dos anos de referência, verifica-se um aumento de 21,18% de indígenas e uma redução de 19,18% de beneficiários não indígenas.

A segunda variável é o sexo desses indivíduos em 2012, 2015 e 2018. Os homens indígenas, eram 1.087 (44,10%), 1.117 (43,77%) e 1.036 (42,77%) (redução de 3,02% no período) e as mulheres indígenas eram 1.378 (55,90%), 1.435 (56,23%) e 1.386 (57,23%) (aumento de 2,37% no período). Os homens não indígenas, 2.452 (41,61%), 2.315 (41,41%) e 1.775 (40,80%) (redução de 1,94% no período) e as mulheres não indígenas 3.437 (58,36%), 3.275 (58,59%) e 2.575 (59,20%) (aumento de 1,43% no período).

A terceira variável é a idade. Em média a idade dos indígenas eram de aproximadamente 17 anos, em 2012 e 2015 e em 2018 de 15 anos e dos beneficiários não indígenas, em 2012 era 22 anos, em 2015 em 21 anos e em 2018 era 19 anos. Chama a atenção, que os indígenas eram adolescentes e, ao longo dos anos de referência a média de idade reduziu em 2 anos. Os beneficiários não indígenas do mesmo modo tiveram suas médias menores, demonstrando que esses beneficiários são jovens, no entanto, os indígenas têm diferença em média 4 anos de idade.

A quarta variável é o valor da remuneração comparando essa média entre os indivíduos beneficiários indígenas e não indígenas. A média do valor remuneração para os indígenas em 2012 era R\$ 59,73 com desvio-padrão de R\$ 150,51, em 2015 era R\$ 116,39 (aumento significativo de 94,86%) com desvio-padrão de R\$ 236,24 e em 2018 era R\$ 73,52 (redução de 36,83% em relação ao período anterior) com desvio-padrão de R\$ 178,17. A média da remuneração para os não indígenas em 2012 era R\$ 148,10 com desvio-padrão de R\$ 240,88, em 2015 era R\$ 222,55 (aumento significativo de 50,27%) com desvio-padrão de R\$ 662,15 em 2018 era R\$ 173,50 (redução de 22,04%) com desvio-padrão de R\$ 297,16. Chama a atenção a diferença no valor da remuneração desses indivíduos. Pode-se notar que a diferença entre os indígenas e não indígenas em 2012 era de R\$ 88,37, em 2015 era de R\$ 106,16 (aumento de 20,13%) e em 2018 era de R\$ 99,98 (redução de 5,82%). Chama atenção que os indígenas são mais vulneráveis financeiramente comparado com os indivíduos não indígenas,

onde, a diferença permaneceu ao longo dos períodos, porém, no último houve uma leve redução dessa desigualdade.

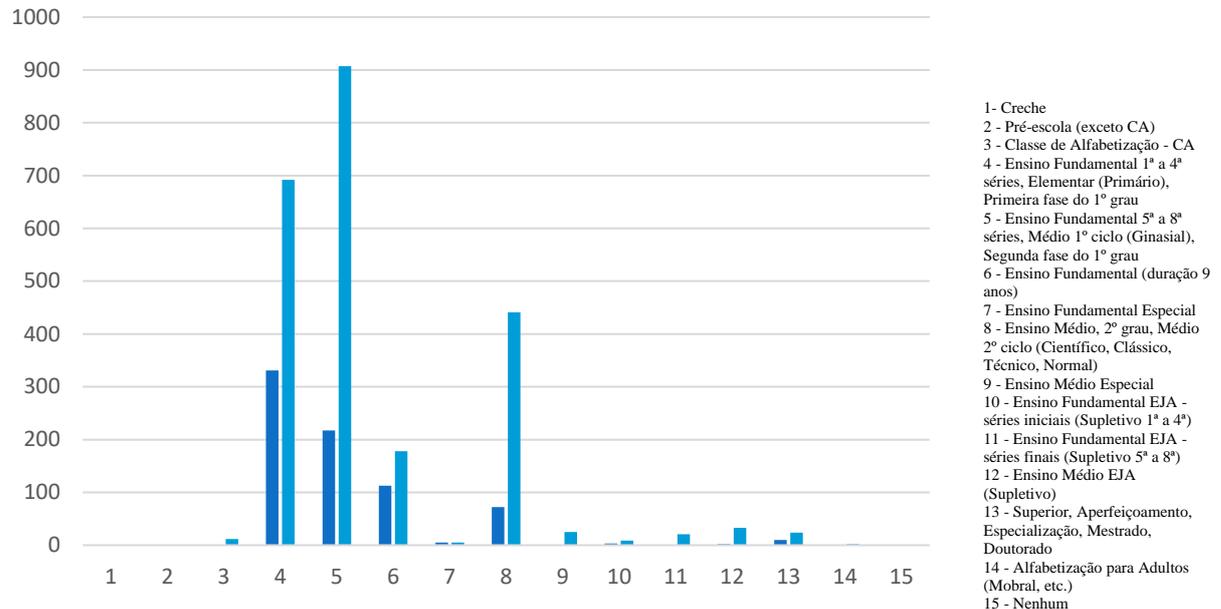
A quinta variável é se a pessoa trabalhou na semana passada ao Cadastro Único. Os indígenas que trabalharam na semana passada ao Cadastro Único em 2012, 2015 e 2018 eram 241 (19,98%), 332 (26,88%) e 250 (23,19%) e os que não trabalharam 965 (80,02%), 903 (73,12%) e 828 (76,81%). Os não indígenas que trabalharam eram 1.103 (32,75%), 1.211 (39,01%) e 712 (32,83%) e os que não trabalharam 2.265 (67,25%), 1.893 (60,99%) e 1.457 (67,17%). Verifica-se que a diferença de indivíduos sem ocupação é maior entre os indígenas.

A sexta variável é se a pessoa sabe ler e escrever nos anos de 2012, 2015 e 2018. Os indígenas que sabem ler e escrever eram 1.706 (69,21%), 1.728 (67,84%) e 1.566 (64,66%), em que houve uma redução de 6,57% no período e os que não sabem ler e escrever eram 759 (30,79%), 819 (32,16%), e 856 (35,34%), onde houve um aumento de 14,78%. Os não indígenas que sabem ler e escrever eram 4.638 (78,78%), 4.078 (73,31%) e 2.923 (67,21%), houve uma redução de 14,67% e os que não sabem ler e escrever eram 1.249 (21,22%), 1.485 (26,69%), e 1.426 (32,79%), houve um aumento de 54,52%. Chama atenção para essa variável, pois, nota-se que ocorre uma redução dos indivíduos indígenas e não indígenas que sabem ler e escrever e verificou-se um aumento dos indivíduos indígenas e não indígenas que não sabem ler e escrever, no entanto, esse aumento foi maior nos indivíduos não indígenas.

A última variável é se a pessoa conclui o curso. Sendo assim, os indígenas que concluíram o curso em 2012, 2015 e em 2018, eram 120 (16,24%), 190 (24,45%) e 169 (23,87%) respectivamente. Verifica-se um aumento de 46,98% no período analisado e os que não concluíram o curso eram 619 (83,76%), 587 (75,55%) e 539 (76,13%), nota-se uma redução de 9,11% no período. Os não indígenas que concluíram o curso eram 671 (29,84%), 743 (36,35%) e 576 (35,38%), nota-se um aumento de 18,56% nos anos analisados e os que não concluíram o curso, 1.578 (70,16%), 1.301 (63,65%) e 1.052 (64,62%) verifica-se um aumento de 7,90% no período analisado. Chama atenção que houve uma redução dos indígenas que não concluíram o curso e que há um aumento dos não indígenas que não concluíram o curso.

Segundo Santos *et. al.* (2019) os principais motivos para explicar a evasão escolar é a necessidade de trabalhar, seguida da falta de vontade em dar continuidade aos estudos, além da gravidez precoce entre as mulheres. Nesse sentido, alguns estudos verificam esse problema, entretanto, apesar da condicionalidade inibir as faltas dos alunos, ela não conseguem lidar com esses problemas da educação dessa amostra dos beneficiários do Programa Bolsa Família em todo o Brasil.

Gráfico 10 - Curso mais elevado entre indígenas e não indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família no ano de 2018.

Através do Gráfico 10, observa-se a quantidade de indígenas e não indígenas no curso mais elevado que estudaram. Os cursos mais frequentados são (4) Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau, seguido por (5) Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau, no qual os não indígenas são cerca de (6) Ensino Fundamental (duração 9 anos) e (8) Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal). Comparando o gráfico entre os indígenas e não indígenas, verifica-se que em todos os cursos, a diferença entre indígenas e não indígenas é bem elevada.

Analisando esse contexto, verifica-se que os indígenas são uma população que necessita de uma política social diferenciada, pois, através de sua história, ao longo dos séculos essa população sempre esteve atrelada primeiramente a uma lógica de expulsão, exclusão e confinamento. Como consequência, são indivíduos que vivem a margem da sociedade, carregando inúmeros conflitos que o modo capitalista de viver trouxe para esses povos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é um relevante programa de transferência de renda condicionada, para o alívio da pobreza e extrema pobreza no Brasil. Devido ao grande número de famílias beneficiárias e no contexto atual de recessão econômica causado pela pandemia do Covid-19, as políticas públicas são essenciais para amparar os indivíduos vulneráveis socialmente nesse período.

Este trabalho pretendeu analisar as características das famílias e indivíduos beneficiários do PBF na cidade de Dourados/MS. Além disso, buscou observar as diferenças entre os beneficiários indígenas e não indígenas.

Foram analisadas as características das famílias beneficiárias como renda média (*per capita*) da família, onde o domicílio está situado, espécie do domicílio, se tem água encanada e se há banheiro na residência. De modo similar, foram analisadas as características dos indivíduos como idade, cor/raça, sexo, escolaridade, vínculo empregatício, renda, entre outros. E, por fim, verificar se existe diferenças entre os beneficiários indígenas e os beneficiários que não são indígenas.

Os beneficiários têm a renda *per capita* dentro dos padrões estabelecidos pelo programa, sendo a maioria residentes na área urbana, em domicílio permanente, com água encanada e banheiro. Porém, mesmo com grande parte dos beneficiários tendo essas condições, há uma pequena porcentagem que vivem em condições inferiores a essas.

É notado que, de 2012 a 2018 o número de indivíduos que recebiam o benefício até aquele ano foi reduzido, em 2012 de 8.354 para 6.772 beneficiários em 2018. Como esperado, as mulheres são quem tem mais benefícios em relação aos homens. A idade média dos beneficiários é de 17,9 anos em 2018. Porém, em Dourados/MS os beneficiários são em geral, brancos, pardos ou indígenas, no entanto, em 2018 os indígenas eram os que recebiam mais benefício por cor ou raça.

O nível educacional para os três anos do estudo, mostrou que frequentavam o ensino fundamental e o curso mais elevado que frequentaram foi o ensino fundamental da 5ª a 8ª série. Os beneficiários que trabalham nos três anos são autônomos com valor de remuneração em média de 140,31 reais em 2018.

Através das tabelas e gráficos, analisou-se variáveis que demonstraram a existência de desigualdade maior entre os beneficiários indígenas comparado com indivíduos não indígenas. Sendo ambos vulneráveis socialmente e financeiramente, nota-se algumas diferenças em suas características. Os dados analisados para Dourados/MS mostram que a população indígena

representa um terço dos beneficiários. Além disso, os não indígenas são em maior parte mulheres; são adolescentes em idade escolar prevista pelo Programa; tem remuneração média R\$ 99,98 menor que os indivíduos não indígenas, e essa remuneração média é 42,37% menor que a remuneração média dos não indígenas e 663,31% menor que o salário mínimo do último ano analisado; eram a maior taxa de desocupados na semana da coleta dos dados; verificou-se um aumento dos indivíduos indígenas e não indígenas que não sabem ler e escrever; o curso mais elevado dos indígenas é o Ensino Fundamental; por fim, os indígenas tem maior taxa de evasão escolar.

Este trabalho trouxe importantes resultados em relação às características dos beneficiários do Programa Bolsa Família, especificamente para Dourados/MS, em que essa cidade se diferencia de outras do estado e do Brasil por possuir uma população expressiva de indígenas. Uma limitação deste estudo é que não foi possível analisar os determinantes da desigualdade ser maior entre os indígenas beneficiários. Nesse sentido, futuras pesquisas podem investigar os determinantes da desigualdade ser maior em determinadas populações e o quanto elas são desiguais entre si e verificar se há políticas públicas além do Programa Bolsa Família para ampará-las.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGUI, S. O Programa Bolsa Família e as Taxas de Fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.) Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea, 2014, p. 41-42. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 12 ago 2020.

BANCO MUNDIAL. **Pobreza e Prosperidade Partilhada 2018: Juntar as Peças do Puzzle da Pobreza: Perguntas Frequentes**, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/research/brief/poverty-and-shared-prosperity-2018-piecing-together-the-poverty-puzzle-frequently-asked-questions>. Acesso em 22.03.2021

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA). **Programa Bolsa Família**. 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx#:~:text=Benef%C3%ADcio%20Vari%C3%A1vel,a%20R%24%20205%2C00>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CAMARGO, C. F. *et al.* Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O que o cadastro revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 12 ago 2020.

CECCHINI, S.; ATUESTA, B. **Programas de transferencias condicionadas em América Latina y el Caribe: tendencias de cobertura e inversión.** Santiago: ECLAC, 2017.

COTTA, T. C.; PAIVA, L. H. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. In: CASTRO, J. B.; MODESTO, L. (org.) **Bolsa Família 2003-2010 avanços e desafios.** Brasília, Ipea, 2010. p. 54-96.

CURRALERO, C. B. *et al.* As Condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. B.; MODESTO, L. (org.) **Bolsa Família 2003-2010 avanços e desafios.** Brasília, Ipea, 2010. p. 151-178.

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; FILHO-MENEZES, N. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. 2018. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, v. 72, n. 3. p. 292-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbe/v72n3/0034-7140-rbe-72-03-0292.pdf>. Acesso em: 12 ago 2020.

FRANÇA, M. T. R. A Desigual Distribuição da Fecundidade. **Temas de Economia Aplicada**, 2019. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif462-40-43.pdf>. Acesso em 28 mai. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em 22.03.2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A Focalização do Programa Bolsa Família no período 2012-2018 a partir da PNAD contínua.** Rio de Janeiro, n. 2567, jun. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35839. Acesso em: 08 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade - um balanço dos primeiros 15 anos.** 2018. Rio de Janeiro, n. 2499, ago. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenho da Política e sua Caracterização.** 2018 **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante.** Brasília, v. 1, 2018.

JUNIOR, C. B. C.; TREVISAN, L. N.; MELLO, C. H. P. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública.** São Paulo, p. 338-858, set. 2019.

LIMA, P. V. P. S.; VASCONCELOS, J. C. **Programa Bolsa Família e educação escolar: uma abordagem de dados em painel**. *Redes* (Santa Cruz do Sul Online), v. 24, n. 1, p. 335-355, jan, 2019.

LUNAS, S.F.C.M; RIBAS, R. L.M.L. **Parques Urbanos Municipais em Dourados – MS – Brasil: Estado da Arte**. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 231 - 245, maio/ago 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2572/2821>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em: 22 jun. 2020

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 22 jun. 2020

ONU. **Pobreza extrema aumenta pela primeira vez em 20 anos, diz Banco Mundial**, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962>. Acesso em 22.03.2021

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DOURADOS - MS. **Projeto de Extensão**. UFGD. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia. 2018.

PROSPERI, L. O.; FRIAS, L. Os Beneficiários do Programa Bolsa Família e o Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica sobre o "Efeito Preguiça". **Revista Sociais & Humanas**, v. 33, n. 1, Santa Maria, 2020.

RASELLA, D. et. al.. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.) *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, 2014, p. 43-44. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 12 ago 2020.

ROCHA, G. A. S. **A Influência da Redução da Tributação Indireta sobre os Alimentos da Cesta Básica, na Percepção das Famílias do Programa Governamental Bolsa Família**. Tese (Mestrado em Agronegócios). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Dourados/MS, 2013.

SANTOS, M. C. S. *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 2233-2247. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000602233&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

SENNÁ, M. C. M.; BRANDÃO, A. A.; DALT, S. Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área de saúde. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 148-166, jan. 2016.

SILVA, F. S. *et al.* Foco e cobertura do programa Bolsa Família em crianças das coortes de nascimento BRISA, Ribeirão Preto (São Paulo) e São Luís (Maranhão), Brasil. 2019 **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 6. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000705009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago 2020.

SILVA, M. L. A.; ROLIM, T. M. Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O caso da Região Centro-Oeste Brasileira. *In*: SILVA, M. L.(org.). **A Riqueza, Desigualdade e Pobreza: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**. Ponta Grossa, Atena, 2020, p. 62-81.

SOARES, S.; SÁTYRO. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras. *In*: MODESTO, L.; CASTRO, J. A. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, Ipea, 2010. p. 25-56

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para Discussão (IPEA), 2019.

UFGD. **Sobre Dourados**. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/internacionalizacao-pt/sobre-dourados>. Acesso em: 20 nov. 2020.